



DL-01

Ses. Esp. 24/05/13

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial com o tema: “Educação Inclusiva: Queremos e Podemos”, proposta pelo nosso mandato.

Para compor a Mesa, tenho a honra de chamar os nossos convidados. Convido a Prof^a Amélia Maraux, superintendente de Educação Básica e representante do governo do Estado da Bahia; a Sr^a Tereza Cristina de Holanda Sousa, supervisora de Educação Especial, representante do secretário municipal da Educação, Sr. João Carlos Bacelar; a Dr^a Cíntia Guanaes, promotora de Justiça da Infância e Juventude; a Sr^a Alzira de Castro Gomes, diretora do Centro de Educação Especial da Bahia; a Prof^a Ivana Maria Cabral Leone, diretora de Política Social da APLB; o Sr. João dos Prazeres, representante do Grupo de Educação Inclusiva; a Sr^a Íris de Sá, docente da área de Psicologia do Departamento de Ciências da Vida da Uneb; a Sr^a Livia Teixeira, diretora da Ser Down; a Sr^a Cândida Muzzio, representante do Sinepe; o jovem, representando os alunos, Robert Oliveira Lima Júnior, e convido que ele venha acompanhado de sua mãe, a Sr^a Eliane Alves de Lima; a Sr^a Fabíola Barbosa, professora de Letras da UFBA, graduada em Letras Libras pela Universidade de Santa Catarina; a Sr^a Priscila Leonor Ferreira, a primeira pedagoga negra e surda da Bahia, graduada em Letras Libras pela UFBA. (Palmas)

Dando seguimento, também saudamos com muita alegria, e agradecemos pela presença, o Coral da Escola Vítor Soares, da Ribeira.

Agora, convidamos o grupo para a sua apresentação. Aliás, iniciamos com a apresentação da cantora Tate Lima.

(Procede-se à apresentação musical.) (Palmas)

A Sr^a Tate Lima:- Bom-dia a todos e todas. É um prazer imenso estar mais uma vez nesta Casa. Saúdo a Mesa, a nossa presidente, e agradeço pelo convite da nossa deputada



Neusa Cadore por esta luta de grande importância, que é a inclusão. Um bom-dia a todos.
(Palmas)

No violão, Rudney Monteiro; na voz, Tate Lima.

(A cantora Tate Lima volta a cantar.) (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Então, ouviremos, agora, a apresentação do grupo de alunos do Coral da Escola Vitor Soares da Ribeira.

(Procede-se à apresentação do Coral da Escola Vitor Soares.) (Palmas!)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Agradecemos estas belas apresentações. Queremos acolher a todos e todas.

Quero lembrar a vocês que, no dia a dia, este Plenário é ocupado por representantes que foram eleitos pelo voto. Aqui temos 52 deputados e 11 deputadas. E neste Plenário, um espaço da Assembleia, assim como no espaço das Comissões, o cotidiano é palco das mais diversas discussões sobre temas importantes da vida da sociedade. Fico muito feliz quando isso é possível.

Aqui, três ou quatro vezes na semana nós temos este outro cenário das sessões especiais, que permitem que um espaço do povo e da sociedade seja ocupado por várias pessoas. São mulheres, homens, crianças que vêm até aqui porque entendem que não podemos delegar, entregar ou confiar apenas a um pequeno grupo o debate, a construção dos destinos da nossa sociedade. Acho que a sociedade permanentemente tem grandes desafios. E nós também precisamos atentar para isso, porque muitos dos nossos desafios permanecem na invisibilidade.

Nesta Casa hoje nós convidamos vocês e algumas outras pessoas para poderem compartilhar suas experiências, trazendo vozes diferentes de diferentes lugares para discutirmos o importantíssimo tema da educação inclusiva.

Queria lembrar um dado que, creio, passa um pouco despercebido. Quarenta e três milhões de pessoas no Brasil, portanto, quase 1/4 da nossa população, convivem com algum tipo de deficiência. Se a gente olha o que acontece hoje na educação, nesse universo de pessoas com deficiência, mais de 60% delas não chegam a concluir o Ensino Fundamental.



Por isso, ficamos muito felizes quando ouvimos nesta semana na imprensa a notícia de capa da menina Amanda Amaral Lopes, a primeira bióloga que se formou tendo síndrome de Down.

Então, estou realmente feliz porque estamos fazendo este evento acreditando que aqui tem de ser um espaço cada vez mais ocupado, disputado e sempre aberto para o debate de questões importantes. E, se nós olharmos sob o ponto de vista institucional, temos muitos documentos garantindo o direito à educação inclusiva. A própria Constituição nossa, que é de 88, garante que a educação é um direito de todos que deve garantir o pleno desenvolvimento das pessoas, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Nós temos inúmeros documentos. Nós temos o Instituto da Criança e do Adolescente. Temos a Política Nacional de Educação Especial. Temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Temos documentos que o Brasil assinou compartilhando o seu compromisso com as Nações Unidas e a Unesco.

Mas quero falar, também, como mãe. Tenho uma filha de 20 anos e compartilho a experiência de muitas mães, muitos pais, muitas famílias que percebem o desafio que é acontecer a educação inclusiva. Lembro que, em 2011, bati à porta de sete escolas para conseguir uma vaga para minha filha. Então creio que não são as leis e não são os decretos que garantem o direito e o desejo: é o que a sociedade deve para todos nós. Na verdade, não queremos só uma educação inclusiva. O desafio é uma sociedade inclusiva.

Então, este é um momento que foi construído não por mim, mas pelo grupo de educação inclusiva. Nós queremos e podemos. Nós podemos ter uma educação inclusiva. Um grupo de pais e mães, um grupo que traz para sua caminhada, no seu desejo, esse grito por um direito e esse desejo de dialogar. Nós entendemos que este processo passa pela necessidade de um diálogo: diálogo com o Estado, diálogo com o Município, diálogo com o espaço institucional, diálogo com as escolas, diálogo com as famílias. Mas nós acreditamos ser possível sim.

Sabemos que há muitas iniciativas valorosas e elas são muito importantes. Sabemos que precisamos nos juntar, nos desarmar e criar esse espaço onde possamos fazer a



inclusão de muita gente no debate com o olhar voltado para a diversidade e, coletivamente, construir de fato. Isso está proposto no papel, mas isso que está, também, presente e, muitas vezes, não é visibilizado.

Então, aqui nesta Mesa, quero agradecer, de forma muito particular, aos nossos convidados. Agradeço a cada um e a cada uma que, do seu lugar, do lugar de mãe, do lugar de aluno, do lugar de profissional de áreas que dialogam com a educação, com o Ministério Público, com os professores. Nós queremos fazer esta conversa com muito respeito, acreditando na possibilidade.

Este não é um evento pontual. Este é um momento de uma caminhada de um grupo que está aberto. Nosso grupo é aberto, pois é um grupo que espera somar com muitas forças e ter forças suficientes para a gente concretizar fatos e, cada vez mais, ganhar espaço, a fim de garantir esta escola que possa contribuir para uma sociedade verdadeiramente democrática, para um Estado generoso, para que todos os segmentos compreendam a grandeza e a necessidade.

Considerando o público que vive este desafio, considerando tantas pessoas nesta situação, é uma responsabilidade de todos nós criarmos este espaço e as condições para, verdadeiramente, termos uma educação inclusiva. E a sociedade precisa disso.

Então, para continuar esta nossa conversa, este nosso diálogo, quero dizer a vocês que esta sessão especial é um momento em que algumas pessoas estão aqui para dialogar com vocês. Não temos possibilidade de dar voz a todos e todas. Mas o nosso grupo quer ser este espaço aberto para que possamos estabelecer um diálogo e juntos encontrarmos caminhos porque acreditamos nele.

Antes de chamar a primeira oradora da Mesa, quero chamar a Sra. Representante do Conselho Estadual de Educação, que acaba de chegar, Maria Alba Guedes, para integrar a Mesa. (Palmas)

O coral está convidado para fazer uma apresentação antes da nossa oradora.

(Apresentação do Coral da Escola Vítor Soares, da Ribeira.)

A Sr^a Neusa Cadore:- Obrigada. (Palmas)



5590-III

Ses. Esp. 24/05/13

Or. Cristina de Holanda

Sessão Especial Sobre Educação Inclusiva.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Concedo a palavra à Sr^a Cristina de Holanda, representante do secretário municipal de Educação João Carlos Bacelar. Solicito que ocupe a tribuna pelo tempo de 10 minutos para fazer a sua fala.

A Sr^a CRISTINA DE HOLANDA:- Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Mesa em nome de Livia Mesquita, da diretoria da Ser Down, uma pessoa amiga e também minha parceira. Também faço parte de um movimento social que é a Ser Down.

Peço desculpas pelo não comparecimento do Sr. Secretário, que veio por ter outro compromisso hoje pela manhã.

Queria agradecer pelo convite e pela oportunidade de estar aqui, enquanto Secretaria da Educação, para falar um pouco do que a gente vem trabalhando em prol da inclusão. Costumo dizer que, apesar de todas as dificuldades que se encontra na escola pública em termos de acessibilidade, a gente caminha para a inclusão.

Vejam, reporto-me há 20 anos, quando tive meu filho – hoje ele tem 25 anos –, a escola pública tinha o direito de dizer que não o recebia. Hoje, se ela disser que não pode receber, é porque, na verdade, não tem vaga. Mas nossos diretores e nossos gestores estão conscientes de que as pessoas com deficiência têm o direito de estar na escola. Então o acesso está garantido na matrícula. Para uma participação efetiva, para que ele possa ter um avanço na sua aprendizagem, hoje, a secretaria conta com salas de recursos multifuncionais.

Hoje mesmo eu ia implantar uma dessas salas. Tive de ser substituída por uma colega para fazer esse trabalho na CR, em Cajazeiras, na Manoel de Almeida Cruz. Temos uma média de 95 escolas contempladas com esse serviço da educação especial. Temos mais de 150 professores da rede com formação no atendimento educacional especializado. Além



da formação através do MEC, em parceria com a Universidade Federal do Ceará, a CENAP, que é a Coordenadoria de Ensino e Apoio Pedagógico, também promove essa formação.

Em 2010, formamos 45 professores para esse atendimento educacional especializado; no ano passado foram mais 60. Como a educação inclusiva não pode caminhar sozinha, precisamos também do apoio e da parceria. Para isso, a secretaria conta com 12 instituições especializadas com as quais mantem convênio de cooperação técnica.

Ontem mesmo, tivemos um seminário com os professores do Centro de Educação Infantil, CMEI, sobre autismo, que foi promovido pela AMA. Está aqui Rita Brasil, que esteve presente nesse seminário e deu as informações necessárias para que esses professores possam lidar com essas crianças na idade mais tenra.

E também ficou acordado com a AMA que, a partir de junho, também vão acontecer oficinas sobre autismo com esses professores da educação infantil, como também professores das salas de recursos multifuncionais. Temos a parceria do Instituto de Cegos, que também está promovendo oficinas. Temos o NACPC e a APAE, que estão com um cronograma de formação para os nossos professores.

Então, não caminhamos sozinhos. Temos os nossos parceiros para dar esse suporte à educação inclusiva. No ano passado, fizemos cinco formações. Todos os anos os professores passam por formação. Infelizmente, não dá para formar todos os professores da rede; são quase 6 mil, ou até mais. Acredito que este ano já temos mais de 6 mil professores.

A forma que fazemos para atender os professores é chamar aqueles que têm um aluno surdo, que têm um aluno cego, que têm um aluno com autismo, para alguma formação. Então, no ano passado, fizemos formação em libras, língua portuguesa como segunda língua, deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento com foco no autismo e Atendimento Educacional Especializado – AEE. Esse ano também os projetos já estão feitos, já estão prontos e está havendo ainda a articulação de uma parceria com a Uneb. Assim acredito que, a partir de julho, nós também iniciaremos a formação na área da educação inclusiva em parceria com a Uneb. Sabemos que ainda é pouco, mas estamos caminhando.



Sabemos que hoje a nossa escola já não é a mesma. O professor, antigamente, dizia: Eu não sei trabalhar. Eu não quero trabalhar com essa criança. Hoje, quando ele recebe uma criança na sua turma, já vai nos procurar e perguntar que apoio ele pode ter, que parceria ele pode buscar para atender essa criança.

Muito obrigada e parabéns ao grupo de pais e profissionais que está aqui através da deputada Neusa Cadore fazendo esse momento de discussão em torno da educação inclusiva. É muito bom o *slogan*: “Queremos e podemos”. É isso mesmo que os pais fazem, querem. E se queremos, podemos. Eu também sou mãe.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



5591-III

Ses. Esp. 24/05/13

Or^a Maria Alba Guedes

Sessão Especial Sobre Educação Inclusiva.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Concedo a palavra a Sr^a Maria Alba Guedes que aqui representa o Conselho Estadual de Educação.

A Sr^a MARIA ALBA GUEDES:- Bom-dia a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa da deputada Neusa Cadore. Agradeço o convite feito ao Conselho Estadual de Educação para estar aqui neste debate.

Gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar esta Assembleia Legislativa por colocar como pauta um tema de educação tão importante como a educação inclusiva.

Desejava, inclusive, poder ampliar um pouco mais a discussão sobre educação inclusiva porque ela não está só na inclusão do deficiente. Acho que a educação inclusiva tem um espectro maior de poder ensinar aos que não são deficientes a conviver com a diversidade. Ela se amplia, não só garantia do direito do deficiente a uma rede regular de ensino, na convivência com a sociedade global, mas ela deve ter a intencionalidade, e para isso os professores também precisam se alertar.

A formação do professor precisa levar em conta esse ponto de que a convivência com a diversidade é uma coisa que precisa ser educada nas escolas, o respeito a forma de lidar, o reconhecimento da potencialidade do outro. Então educação inclusiva não é só para os deficientes, é para também para todas as crianças que ainda não a tiveram. A minha geração não teve essa oportunidade. Sempre vimos a diferença com preconceito e como uma forma de discriminação.

Podemos ter na escola essa oportunidade, essa situação não pedagógica de que os não deficientes devem conviver e devem saber tratar é uma coisa muito interessante. E quem sabe um dia poderemos até ser um país bilíngue onde todos poderão falar outra língua que é a língua.



O Conselho Estadual de Educação tem trabalhado muito no sentido de estar atento aos processos das escolas, de como elas têm sido tratadas. Tivemos um período trabalhando conjuntamente com o Ministério Público, outros conselhos, algumas entidades, muito bem provocada por algumas mães. Acho que a iniciativa dessas mães é, pelo menos, o começo dessa história, deste momento aqui. Assim eu considero, se não for, me corrijam. Essas mães que nos impulsionaram e nos provocaram a tomar uma atitude mais coletiva em relação à educação inclusiva. Isso está aí colocado. Ainda bem que o Ministério Público teve essa capacidade de mobilização das principais pessoas que promovem a educação inclusiva aqui.

Estamos com um grande debate, com nova legislação inclusive do MEC revendo as nossas legislações, podendo estar mais atentas às escolas, fazendo mais exigências para as escolas, no sentido de poder não só incluir, mas também ter uma educação de qualidade. Acho que o trabalho com a educação inclusiva está avançando, como a secretária falou. Acho que, quando chega a este Legislativo, tem esse significado de que a sociedade global agora está preocupada e querendo debater. A chegada dessa questão ao Legislativo numa audiência pública com a convocação dos seus principais representantes e interessados é um momento em que os militantes, vamos dizer assim, da educação inclusiva podem se regozijar. Chegamos a uma pauta realmente social da discussão dessa questão.

Em termos concretos, é isso. Estamos discutindo, reformulando, apresentando algumas soluções a mais para sermos mais rigorosos com as escolas nesse sentido da educação inclusiva. E ampliando esse espectro, também, da discussão de colocar essa intencionalidade do respeito à adversidade.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



5592-III

Ses. Esp. 24/05/13

Or. Álvaro Gomes

Sessão Especial Sobre Educação Inclusiva.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada. Gostaria de registrar a presença do deputado Álvaro Gomes. Vou fazer um intervalo para que ele possa fazer uma saudação ao Plenário.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre deputada Neusa Cadore, queria parabenizá-la por estar debatendo esse tema tão importante, V.Ex^a está de parabéns. Acho que esta Assembleia Legislativa precisa sempre estar abordando questões fundamentais como essa. Portanto, parabéns por esta iniciativa.

Não poderia deixar de vir aqui fazer uma saudação nesta sessão tão especial. Inclusive, estava participando da Conferência Nacional da Unale, a reunião dos deputados, que termina hoje pela manhã, mas me antecipei só para vir aqui fazer essa saudação. Como presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos desta Casa não poderia deixar de estar aqui presente abordando essa questão. Inclusive colocar à disposição a Comissão de Educação para que possamos debater esse assunto. Assumi a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa recentemente, no mês de março. Na primeira reunião de trabalho, discutimos um planejamento básico, um plano de ação bem rápido para este ano e tivemos um debate sobre todas as questões relacionadas a nossa Comissão, trazendo aqui o secretário e também com debates temáticos. Entre esses debates temáticos e essa discussão na Comissão, incluímos essa questão da educação inclusiva, debatemos vários temas, já fizemos algumas reuniões. E precisamos, na própria reunião da Comissão, que é uma reunião deliberativa do ponto de vista de resoluções, projetos e proposições, naquilo que for competência da Comissão, tirar encaminhamentos práticos para que possamos avançar nessa questão da educação inclusiva.

Portanto, quero deixar aqui a Comissão de Educação à disposição para que possamos fazer esse debate, inclusive informar que todas as terças-feiras, às 11 horas da



manhã, realizamos a reunião da comissão, que é dos parlamentares mas aberta à sociedade. Tenho sempre convidado as pessoas a comparecerem à reunião da comissão, nela já podemos aprovar determinada sugestão, porque debatemos um tema concreto e tem também o que ocorrer. E se for consenso dos demais parlamentares nós aprovamos. Foi assim que aprovamos algumas audiências públicas. Estávamos reunidos discutindo temas, chega lá um determinado segmento, sugere outro tema e nós aprovamos naquela reunião de forma prática a realização dos debates.

Quero deixar a informação de que estamos aqui todos os dias, mas o dia certo de me encontrar é nas terças-feiras às 11 horas na reunião da comissão, onde fazemos os debates sobre a questão da educação futura e outros temas relativos à comissão.

Quero dizer que quanto à questão da educação, o Brasil e a Bahia vêm avançando muito de uma maneira geral, a educação superior, o ensino médio, o fundamental vêm avançando de forma considerável, mas precisa avançar muito mais. E vêm avançando também na questão da educação inclusiva, mas precisa avançar muito mais. Acho que é importante que busquemos esses espaços para que possamos avançar e contribuir para uma sociedade cada vez mais igualitária. Uma das questões fundamentais da nossa sociedade é a questão do respeito à diversidade, precisamos respeitar a diversidade. Todos nós somos diferentes. É preciso respeitar o potencial de cada um, é preciso respeitar a diversidade. Então, nesse sentido a questão da educação inclusiva é fundamental.

Portanto, deputada Neusa Cadore, um grande abraço a você e a todos os presentes aqui e nos colocamos à inteira disposição.

(Não foi revisto pelo orador.)



5593-III

Ses. Esp. 24/05/13

Or. Eliane Alves de Lima

Sessão Especial sobre Educação Inclusiva.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Muito obrigada, deputado Álvaro Gomes. Vamos contar com o apoio da Comissão de Educação.

A pedido da mãe de Robert, vamos chamar Robert e Eliane Alves de Lima, sua mãe, para fazerem uso da palavra.

A Sr^a ELIANE ALVES DE LIMA:- Bom-dia a todos. Quero agradecer a oportunidade de poder estar aqui e me desabafar um pouco.

Gostaria que as escolas fossem adaptadas a receber não só o meu filho, como todas as crianças com deficiência. Porque matricular é fácil, eles recebem nossos filhos, eles têm que matricular porque é obrigado, mas o ensino, na hora de ensinar é que é difícil. Você vê o seu filho ir à escola, os alunos que não têm deficiência fazerem as suas atividades, suas avaliações e quando você vê o seu filho lá apenas olhando, porque o Juninho sabe muitas coisas mas oralmente, ele não tem o dever dele em braille, que seria o ideal porque ele é deficiente visual.

Isso é doloroso, ele tem 12 anos e não é alfabetizado ainda. Essa é a minha preocupação: quando será que o meu filho vai realmente saber ler e escrever em braille, que é a necessidade que ele tem? É muito difícil para mim como mãe, ser dedicada, levá-lo ao tratamento que faz desde os 6 meses, ele não começou o tratamento agora e ainda não sabe ler e escrever em braille.

Posso chegar numa escola e ela matricular meu filho, mas eu não quero saber só que ele está matriculado, quero que ele aprenda, seja alfabetizado, porque meu filho, aos 12 anos de idade, ainda não é.

É muito difícil para mim. Agradeço pela oportunidade de estar aqui. Desculpe-me se não falei bem, mas é do jeito que sei.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Muito obrigada, Eliane.



A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Com a palavra, Robson.

O Garoto Robson:- Bom-dia a todos. Como a minha mãe falou, a causa da preocupação dela é por eu ter 12 anos, precisar de escola que tenha materiais fibralizados, porque os alunos deficientes precisam disso. É isso aí.

Muito obrigado.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Muito obrigado, Robson.

(Não foi revisto pela oradora.)



5594-III

Ses. Esp. 24/05/13

Or. Cândida Muzzio

Sessão Especial Sobre Educação Inclusiva.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Dando continuidade, convido a Sr^a Cândida Muzzio, representando o Sinep – Sindicato dos Estabelecimentos Privados de Ensino de Salvador.

A Sr^a CÂNDIDA MUZZIO:- Bom-dia a todos. Gostaria de agradecer por esta oportunidade e, em especial, à deputada Neusa Cadore. Quero dizer que é muito difícil falar depois deles, porque nos deixa bastante emocionados.

Represento aqui as escolas particulares de Salvador. Sou diretora de escola, bastante atuante à frente da inclusão. A escola que dirijo já trabalha, há muito tempo, nesta luta, nesse desafio, que traz tantas alegrias mas traz, também, todos os dias, a necessidade de uma atuação muito efetiva.

Sou uma escola que está junto de alunos, professores, pais. Portanto, conheço os desafios de se fazer uma educação inclusiva. Elenquei três pontos para abordar aqui nesta perspectiva da escola particular, na tentativa de trazer os desafios que se apresentam nessas escolas. O primeiro grande desafio é que, quando falamos das escolas particulares de Salvador, pois estamos falando de, apenas, 171 escolas que são sindicalizadas e têm uma diversidade muito grande de abordagem.

Há escolas pequenas, com 80 alunos, que têm todo apoio dos pais e da comunidade para esse trabalho. Há escolas de 5 mil alunos, cuja comunidade não está tão interessada em desenvolver um trabalho de inclusão. Existe uma diversidade em relação a tamanho, quantidade de alunos, proposta teórica metodológica. Enfim, são vários os aspectos que se diferem entre as escolas. Instalar um trabalho de inclusão em todas essas instituições de nossa cidade e de nosso Estado é um trabalho bastante grande, que precisa contar com a parceria de várias pessoas.



As escolas privadas de Salvador diferem muito em relação à sua abordagem. Já existem escolas em Salvador, infelizmente poucas, que fazem um trabalho de inclusão de qualidade e contemplam esse pedido que essa mãe traz, qual seja, não basta matricular, é preciso, efetivamente, incluir e favorecer um processo de aprendizagem real.

Há escolas que aceitam crianças e adolescentes. Mas são poucas as escolas que conseguem fazer com que essas crianças sejam matriculadas. Há escolas que ainda estão muito fechadas para receber essa comunidade de crianças e adolescentes. Estamos reunidos em busca de conseguir que todos os adolescentes e as crianças façam parte das escolas que assim desejarem.

Há um ponto que nos parece bastante complexo para a escola: o trabalho de formação. A representante do secretário João Bacelar falava, aqui, de toda iniciativa da escola pública em relação ao trabalho de formação dos professores. Mas sabemos que esse trabalho é bastante diverso. Há instituições que compreendem a formação de professores como um trabalho que precisa acontecer todos os dias, em parceria com os pais dos alunos e os profissionais que atendem às crianças na escola, os quais precisam estar atendendo essa comunidade de pessoas, ajudando o professor, efetivamente, a fazer um trabalho na sala de aula.

Mas existem várias outras escolas que acreditam que fazer formação é apenas oferecer uma palestra ou uma conferência uma vez no ano e esperar que o professor volte à sala e consiga transformar aquela escuta de 2 horas em uma ação efetiva de ensino.

Enquanto não tivermos uma política de formação eficiente também nas escolas privadas, que acredita que fazer formação é trabalhar na ação, é trabalhar a prática, também teremos uma dificuldade enorme de conseguir que esses professores vão adiante.

Há uma fala constante dos professores de que eles não sabem fazer. E dentro da escola privada há de se escolher fazer isso.

Existe uma infinidade de aspectos a serem tratados dentro da escola, a inclusão é um deles. Mas a comunidade de pais das escolas privadas esperam que seus professores desenvolvam cada vez melhores estratégias de ensino em Matemática, Língua, Física,



Química, que os professores saibam lidar com as novas tecnologias, com as questões da moralidade e da inclusão, e tantas outras.

As escolas precisam fazer escolhas, porque o tempo destinado à formação dentro delas é muito pequeno. É garantido ao professor 4 horas de trabalho remunerado de coordenação pedagógica, não mais do que isso. Cada escola escolhe qual o tempo que destinará a esse trabalho. Enquanto não se ampliar a visão e a compreensão do que é formar professores e coordenadores será muito difícil ajudar essas pessoas, efetivamente, a saberem como ajudar cada sujeito que está dentro da escola e que precisa de um trabalho, de uma fala e de um olhar diferenciados.

Outro aspecto que nos aflige bastante é relativo às propostas pedagógicas das escolas. Há uma diversidade de propostas teórico-metodológicas nas escolas do Brasil. Cada escola privada é livre para escolher qual a abordagem teórico-metodológica que quer fazer. E muitas dessas abordagens são quase incompatíveis e antagônicas. Uma escola, por exemplo, que privilegia a competição não vai apostar num sujeito que olha para o outro, considera o ponto de vista do outro, que acolhe o outro. É uma escola que apostará que o sujeito descarte o outro. Há que se ter uma transformação de uma abordagem teórico-metodológica muito profunda que possa aproximar e dialogar com os princípios da inclusão.

Uma escola que conseguirá incluir melhor é aquela que terá em seu DNA e no sistema de refrigeração uma abordagem que o sujeito considera as verdades como provisórias e o ponto de vista do outro sempre precisa ser levado em consideração, que olhar para o outro de forma amorosa, respeitosa, continente, generosa e igual é fundamental. É necessário investir num trabalho de formação de desenvolvimento da personalidade moral. E nem sempre as escolas fazem essa escolha.

Ontem, estive numa sala de aula para conversar com um grupo de crianças. Nessa sala havia uma criança autista que fazia um ruído bastante intenso. Eu me incomodava com o ruído daquela criança, mas as outras crianças não. As crianças me ouviam falar, ouviam a sua colega fazer o ruído e a sala continuava. Essa não é uma situação simples e há que se aprender a se relacionar com isso.



E se a escola não abre um espaço para que as suas crianças aprendam a se relacionar com isso, fica muito difícil.

Existem várias escolas em Salvador que ainda não conseguem nem contemplar, nem antecipar quais aspectos precisam ser considerados para se trabalhar com uma proposta efetiva de inclusão.

O último aspecto, bastante delicado. Ouvi algumas mães dizerem que bateram às portas de sete escolas, que tem sido muito difícil matricular os seus filhos na escola. É de fato muito difícil e tem muitas variáveis envolvidas nisso, muitas faces envolvidas. Há que se pensar, e faço um pedido a esta Mesa, para que, de fato, façam investimento para que mais escolas possam receber os alunos, para que várias escolas possam receber os alunos, e não apenas quatro, cinco ou seis escolas.

Esta cidade tem sindicalizadas 171 escolas. Não é possível que apenas seis ou sete escolas, que estão mobilizadas nesse trabalho, recebam esses alunos. Ninguém está preparado para fazer a inclusão, todos se preparam fazendo, todos se preparam no dia a dia. É fazendo uma tarefa, dirigindo uma palavra a uma criança e vendo o que deu certo e o que não deu, que aprendemos a fazer inclusão. Não há outro caminho.

Precisamos do apoio de todos que estão envolvidos nessa luta, nesse desafio, para que a comunidade de Salvador - e aí falo dos pais dos alunos, dos alunos, dos professores, coordenadores, dos dirigentes da educação pública – possa trabalhar para que todas as escolas possam matricular.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



5595-III

Ses. Ord. 24/05/13

Or. Ivana Maria Cabral

Sessão Especial Sobre Educação Inclusiva.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada, professora Cândida.

Gostaria de agradecer, pois muitas pessoas atenderam ao nosso convite. Temos aqui professores da APAE de Salvador; professores da Secult APAE de Salvador; Colégio Miró presente; Centro de Educação Especial da Bahia; Biblioteca Pública do Estado; professores do SESI – Serviço Social da Indústria; Creche Escola Baby Ney; CRE, da Cidade Baixa; o Centro Educação Viver Sem Limites; Escola Gira-Girou.

Daqui a pouco saudaremos outros.

Dando continuidade, concedo a palavra à Sra. Ivana Maria Cabral, representando a APLB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia.

A Sr^a IVANA MARIA CABRAL:- Bom dia a todos.

É com muito prazer que represento aqui a APLB Sindicato, que faz 61 anos de existência e de muitas lutas neste ano de 2013.

Início agradecendo não só o convite da deputada Neusa Cadore, como a sua solidariedade à nossa causa, à nossa luta, a representação no seminário que fizemos para discutir o Alfa e Beto, as mais belas mentiras do sistema.

Aproveito para explicar que essas mentiras estão no título do seminário porque esse método de alfabetização traz justamente uma categorização das palavras aleatoriamente entre amigas, malucas e de verdade, verdadeiras.

Trago isso porque acho que militar na causa da educação inclusiva é para valer, é para todo dia, é para toda hora. Temos de buscar a organicidade nos coletivos. Então, quero trazer também aqui uma saudação extensiva a todas as pessoas da Mesa, não só às mulheres, me permitindo um certo recuo no tempo. Como já foi pontuado por Alba, a educação inclusive precisa e está sempre sendo bem questionada, visitada com vigor pelas pessoas com deficiência que, invariavelmente, são as mais prejudicadas nesse ir e vir da escola. Não



estou nem focando na permanência, que é outra, a escola ainda não faz a ponte com o mercado de trabalho.

Mas quero trazer na presença feminina uma saudação especial, vou fazer um rápido recuo para trazer a figura da mãe, que é a Mãe Hilda, representante do Ilê Aiyê, quando ela colocava em 2004 a força da mulher. Trago aqui uma tirinha que trabalhei com meus alunos na sala de aula, que diz: “A gente tem que se orgulhar, pois a mulher é a mãe do mundo e a mãe do Brasil. Sem a mulher não existiria família. É a mulher que faz render a família.” A Tarde, Salvador, 8 de março de 2004.

Então, quando trago isso é porque, como é o tempo da inclusão na história? É no lugar da luta? É, mas gente, como direito o Brasil é signatário da declaração de Salamanca, que é de 1994. Infelizmente ainda está instaurado na escola o discurso e as práticas educativas que validam o não preparo. O não preparo, além de injustificável, nunca coube nem no ventre de uma mãe nem nas nossas práticas cotidianas de mulheres que lutam.

Então, sem querer diminuir os homens presentes, quero trazer esse enfoque, porque essa causa precisa transpor barreiras materiais e imateriais. Entre essas barreiras sabemos que a necessidade de articular programas que hoje existem, e que bom que existem, em prol da inclusão escolar, eles ainda ficam muito compartimentados. Ou seja, a luta também para aquela educação inclusiva, respeitosa e reflexiva, mas que garante também depois a carteira assinada, o ingresso no mercado de trabalho, ela se dá meio que de acordo com aqueles movimentos de quem é simpático à causa vem e quem não vem fica para lá.

Estou trazendo isso, porque agora mesmo na semana passada o Senado deu o parecer sobre o nosso plano nacional de educação, que ainda não está sancionado. Nessa luta os educadores de todo o Brasil pleitearam e pleiteiam muito justamente que passe a existir uma lei que seria de responsabilidade educacional. Porque a gente sabe que a Lei de Responsabilidade Fiscal se presta a algumas coisas e a outras não.

Quero dar um exemplo prático: na escola Abrigo Filhos do Povo, na Liberdade, vou-me permitir falar porque fui e sou dessa escola, só temos rampa para cadeirante porque o TRE usa. É uma escola grande, com 17 salas, mas essa rampa precisa ser sempre



reconstruída, porque ela é colocada ali com qualquer cimento e aquele cadeirante vai e volta. Quando passa a eleição, o carro que vem trazer a merenda quebra a rampa e a gente assiste isso.

É muito bom e necessário que lutemos pelo direito a diversidade, que respeitemos os diferentes, mas quem é mesmo que está-se omitindo? Quem determina a diferença? Temos que estar atentos, a escola precisa ser um lugar acolhedor e inclusivo para todos e todas. Eu trouxe também as demandas dos professores, porque estou representando o Sindicato dos Professores Licenciados.

Entre as várias angústias que a mãe colocou muito bem aqui, nós temos a falta de condições de trabalho. Isso é real, como já illustrei com o exemplo do Abrigo Filhos do Povo, e existe um Plano Nacional da Primeira Infância, que prega uma equipe multidisciplinar, tão necessária em qualquer escola, tenha ela ou não salas de recursos multifuncionais. Mas, uma vez tendo, muito mais ainda se faz. Nós brigamos e queremos. Mas cadê?!

A acessibilidade comunicacional também é um direito. Às vezes, uma escola que já recebe pessoas com deficiência não tem equipamento. Ela não recebe um único. Alguns vêm carregados com esforço. Mas lá dentro, no ir e vir, a escola não tem sequer uma cadeira de rodas, uma rampa de acesso.

Portanto, precisamos garantir isso do miúdo, do micro para não passar a saia que agora o INEP está passando, porque em abril um estudante universitário gaúcho não conseguiu ir ao sanitário durante uma prova do ENEM e processou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais por danos morais.

Quero trazer essa inquietação, mas acho que o micro também deve pensar a formação para o professor, sim, mas acoplada aos programas maiores. O pró-funcionário precisa estar formando o trabalhador da educação, e não apenas o professor. Este é um programa recente, mas que nasce apartado disso. É ligado à Área 21 e vem para preparar quem faz a merenda, quem vai para a conta dos serviços gerais da escola, mas ele não tem a



interface para preparar todos e todas daquela escola até como multiplicadores - aqueles que fizeram o curso - para atender as necessidades especiais da pessoa com deficiência.

Então, para termos um ambiente escolar inclusivo, de fato temos que banir a cultura e a lógica da exclusão em nossas escolas. E um dos caminhos é este: louvar a iniciativa, articular sempre, trazer quem acredita e milita por esta causa.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



5596-III

Ses. Esp. 24/05/13

Or^a. Cíntia Guanaes

Sessão Especial Sobre Educação Inclusiva.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada, Ivana.

Concedo a palavra a Dr^a. Cíntia Guanaes, representando o Ministério Público.

A Sr^a CÍNTIA GUANAES:- Bom-dia a todos.

Peço licença para saudar a Mesa em nome da deputada Neusa Cadore.

Desculpem a minha voz, pois estou com infecção de garganta, mas não poderia perder a oportunidade de falar com vocês hoje.

Queria agradecer por estar aqui e ver o Ministério Público inserido na discussão da educação inclusiva. É um dos papéis do MP discutir isso nesta Assembleia. A sociedade precisa ver, ouvir e respeitar as pessoas com deficiência.

Eu vim de um seminário em que ouvi Levi, um rapaz cadeirante que escreveu um livro dizendo que às vezes ele acha que é invisível porque, quando senta na cadeira e alguém a guia, as pessoas se reportam a quem está guiando, e não a quem nela está sentado. É como se Levi não estivesse ali sentado. Portanto, está na hora, sim, de as pessoas com deficiência pararem de ser invisíveis. Elas são uma parcela importante da sociedade, como a deputada falou há pouco.

Com relação às normas existentes, ela também já fez um apanhado geral do que temos. E temos, sim, esta norma. A garantia da educação inclusiva está escrita desde a nossa Constituição, nos Artigos 205 e 208. Temos a Convenção de 2006 sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU, em 2006, e hoje integra o ordenamento jurídico brasileiro com *status* de emenda constitucional.

Temos o Decreto nº 6.071/2008 que fala sobre o AEE – Atendimento Educacional Especializado. a LDB – Lei de Diretrizes e Bases – que, em vários pontos, integra principalmente no artigo 58; resoluções do Conselho Municipal de Educação; a lei do autismo, que também vem tocar nesse ponto, que é de 2012.



Então, podemos dizer que não falta legislação e não falta a garantia prevista no ordenamento jurídico para que exista a educação inclusiva. Se existem leis, o que falta, na verdade, é a implementação da garantia desses direitos. E, aí, vamos nos questionar: por que, então, esses direitos não estão vigentes hoje? Por que uma mãe ainda tem que sentar em um plenário e pedir que seu filho tenha alfabetização?

Alguns podiam dizer que são razões históricas, pois, historicamente, se segregavam essas pessoas com deficiência. As escolas não tiveram, historicamente, tempo de investir em adaptações curriculares, em novas formatações e, até mesmo, na conscientização de que tem que acolher essas pessoas como estudantes do ensino regular.

Podemos falar que o público alvo é pouco ou é diminuto? Não. O IBGE chega a falar em 25% das pessoas. Alguns questionam esse dado do IBGE ao dizer que eles consideram alguns tipos de deficiência, como acuidade visual, quem usa óculos, seria considerado deficiente, que não é aquela deficiência que é cadastrada em lei, como as pessoas com deficiência. Mas, ainda assim, não são motivos para que essas leis não tenham sido implementadas.

Então, na verdade, a pergunta que temos que fazer, aqui hoje, não é por que não se implementa mas por que a gente deixa de implementar tudo isso?

Então, primeiro, temos de aproveitar a mudança no comportamento da sociedade. A gente vem evoluindo no modo como se encara a educação inclusiva. Já se deixou de discutir. Hoje, a gente vê o espaço aberto dentro da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, onde mães podem vir aqui, sentar e discutir todos os direitos dos seus filhos que não estejam sendo implementados.

Então, é necessário garantir, primeiro, o acesso à matrícula, o primeiro acesso à escola e a escola tem de ser aberta. Quando Tereza fala das escolas municipais, que a gente pode dizer que não tem vaga, porque não tem para ninguém, permita-me discordar. Temos de ter vaga para todos. E quando a gente fala de todos, não podemos falar de todos sem uma parcela, que é a parcela das pessoas com deficiência. Temos de ter acesso à escola e acessibilidade.



Vou repetir uma coisa que normalmente eu falo. Vamos deixar de entender acessibilidade como rampa e barra. Acessibilidade não é rampa e barra. Eu não vou com o cimento construir uma rampa e dizer que essa escola é inclusiva e acessível. Não é. Eu preciso de sinais sonoros. Eu preciso de braile e libras reconhecidas como uma primeira língua.

Então, preciso de todo um arcabouço muito maior do que uma rampa e uma barra para dizer que eu tenho uma escola com acessibilidade. Preciso de qualificação de cada profissional. Vou além da formação do professor. Preciso formar desde a merendeira e o porteiro passando por todos na escola. Todos precisam estar envolvidos com o processo inclusivo.

Quando eu falo desse tipo de formação – não é oficina e não é uma palestra – é realmente uma incursão no mundo dessas pessoas. A gente vai dizer que será amanhã? Não. Mas se a gente tivesse começado isso há 20 anos, eu teria 20 anos de curso de formação e não precisaria estar pedindo esses cursos ainda hoje. Principalmente, a gente precisa de projetos políticos pedagógicos que façam planejamentos individuais. Preciso do plano político pedagógico que fale de uma forma geral da educação inclusiva. Isso está previsto nas normas.

Apesar de a professora Cândida falar que há escolas que pensam de uma forma e que há projeto de uma forma, a formatação do projeto que esteja apropriado para a educação inclusiva é uma determinação da legislação. Isso está na resolução dos nossos conselhos, inclusive do Conselho Municipal.

Ouvindo, tive a oportunidade de gravar: “As escolas de ensino regular devem garantir, em sua proposta pedagógica, a flexibilização curricular que considere o significado prático instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino, recursos didáticos, processos elaborativos.” Está escrito aqui.

Então, eu não posso admitir que uma escola tenha um projeto político pedagógico que não contemple isso. Precisa existir. E ainda que ela tenha esse projeto político pedagógico extenso, generalizado, ela precisa criar um plano individual para cada aluno.



Posso ter dois alunos com a mesma deficiência, o mesmo grau daquela deficiência. E, mesmo assim, a atuação para aqueles dois alunos será diferente. É preciso que eu estude isso no dia a dia, que chegue junto às famílias, que responsabilize, sim, as famílias. Por que não?

Lidamos com vários tipos de famílias. Tanto com aquelas que estão gritando e reivindicando quanto com aquelas que escondem o deficiente, que não querem a participação da escola. Isso parece do outro mundo, mas duas semanas atrás entrei em contato com um menino de 15 anos que tem paralisia cerebral, e o seu pai sentou na minha frente para dizer que desconfia que ele é surdo. Como você tem 15 anos de convivência com uma pessoa e desconfia que ela é surda? Achei que isso não era possível, mas entendi que é possível, sim.

Precisamos ter esse acesso nos dois sistemas de ensino, tanto no público quanto no privado. Até porque, em relação ao ensino privado, está no art. 209 da Constituição: “*O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:*

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.”

Então, é possível termos escolas, sim. Precisam ser sindicalizadas? Não. Têm de cumprir o que a legislação diz? Sim.

Então, temos um avanço na rede pública com relação à educação inclusiva, tenho de reconhecer isso. Fizemos um trabalho e ouvimos muitas pessoas e muitos professores da rede pública; fizemos proposta de TAC tanto com a secretaria estadual quanto com a municipal.

Esses TACs, infelizmente, não foram assinados, mas vimos muitas coisas deles serem levadas em conta. E precisamos trabalhar muito na rede pública, principalmente, com a fiscalização da incrementação e funcionamento das salas de recursos multifuncionais, que vêm do MEC diretamente para as escolas, mas não necessariamente estão instaladas.

O Ministério Público já tem conhecimento disso, já fez o levantamento. E estamos fazendo um batimento entre o que o MEC disse que fez e encaminhou e as que efetivamente estão sendo implantadas e já funcionam, ou seja, não estão em caixas nas escolas.



E precisamos tomar cuidado com a criação e instalação de sistemas de escolas-polo. De fato, se não temos salas de recursos multifuncionais para toda a rede – como Tereza falou, realmente são muitas escolas –, então é justo e viável que façamos polos, mas jamais podemos criar guetos. Não podemos criar segregações, não podemos gerar dentro das escolas municipais escolas só de deficientes auditivos e por aí vai.

Não quero guetos; quero escolas-polo, sim, até que tenhamos capacidade de termos em todas as localidades a sala de recursos multifuncionais.

A respeito da rede privada, é preciso trabalharmos mais com ela para que acolha essa situação de educação inclusiva, principalmente no que diz respeito a alguns pontos, como a criação de cotas. Não é possível criar cotas com inúmeras limitações dentro das escolas privadas. O que a Constituição não restringiu, um contrato de ensino privado também não pode restringir. É preciso haver uma adaptação curricular, e essa adaptação e esse projeto político pedagógico tem de ser feito pela própria escola.

Tentarei correr um pouco para não ouvir a sirene pelo tempo.

Pois bem, li um contrato de uma escola particular que dizia que o aluno teria de colocar uma pessoa para trabalhar na escola, às suas expensas, e ele mesmo, através da sua família, devia produzir a adaptação curricular. E outra coisa mais absurda ainda: o aluno teria de levar um atestado médico mostrando que ele não oferecia risco à integridade física de outro aluno. Como se exigir isso de uma criança de 2, 3 anos de idade.

Minha filha já foi mordida por uma criança de 2 anos que não tinha deficiência nenhuma; muito pelo contrário, ela estava explorando a sua própria idade. Quem tem filho ou quem trabalha em escola sabe que crianças de 2 anos são capazes de morder até por afeição.

Então não podemos lidar com essas coisas nem aceitá-las. E como faremos para não aceitar? Precisamos fiscalizar.

Só para concluir, o Ministério Público, no início deste ano, foi procurado por algumas mães que iniciaram um movimento do tipo: “Já estivemos em sete escolas e elas não nos aceitaram”. Então abrimos um procedimento, fizemos uma grande oitiva de escolas,



sindicatos, professores, mães, dos Conselhos Municipal e Estadual, e estamos em fase de revisão e incrementação de uma recomendação, que possa sair pelo Ministério Público, para juntos cobrarmos das escolas públicas um alinhamento; e das particulares, essa reafirmação.

É preciso, como a professora Cândida falou, que não só uma escola seja inclusiva nem que várias sejam inclusivas. Eu vou discordar. Eu preciso que todas sejam inclusivas, todas. Se se dispõe a ser do sistema de ensino, tem-se que cumprir as obrigações legais. E a lei diz que a escola é inclusiva.

Eu gostaria de falar mais, mas sei que meu tempo é curto. Só queria dizer o seguinte: ainda esta semana, para finalizar, conversando com as mães elas me disseram que estavam cansadas, que não aguentavam mais de lutar por isso “a gente luta, luta, luta, e não vê nenhuma solução.” Queria dizer-lhes o seguinte: as grande modificações que ocorreram em todo mundo vieram dos movimentos sociais. Podíamos estar hoje trabalhando 20 horas nas indústrias, e veio a revolução industrial. As mulheres não votavam.

Então, é o movimento de vocês que fazem as coisas se transformarem do lado de cá. Fácil, fácil não é. Mas aí vai uma pergunta: o que é que fácil na vida de uma pessoa com deficiência? As coisas mais corriqueiras são difíceis. Então, vocês sabem, mais do que outras pessoas, lutar com o que não é fácil. Mas a luta é essa, o caminho é esse e, como vocês dizem na camiseta de vocês, vocês podem!

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



DL-02

Ses. Esp. 24/05/13

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Muito obrigada.

Gostaria de registrar as presenças da professora Enir Bastos, superintendente de avaliação da Secretaria da Educação do Estado da Bahia; de representantes do Centro Educacional Viver sem Limites do município de Pintadas; da Escola Municipal Suzana Wesley; do Colégio Oficina; dos funcionários da Embasa; da professora Jaqueline Fonseca, do Colégio Militar de Salvador; da Ser Down; da Apadalf; do Sr. Wilson Dens, representando o CAIS; da Associação de Engenheiros da Petrobras, núcleo Bahia; da escola Irmã Dulce; do Centro de Fórum Técnico em Enfermagem Irmã Dulce e da Defensora Gabriel Trigueiro. Ainda não acabou, mas vamos chamar Tate para cantar e depois chamaremos João Prazeres.

(Apresentação da cantora Tate.) (Palmas)

Muito obrigada.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada, Tate.



5597-III

Ses. Esp. 24/05/13

Or. João dos Prazeres

Sessão Especial Sobre Educação Inclusiva.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Dando continuidade, registramos a presença do CAP – Centros de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual.

Vou conceder a palavra ao Sr. João dos Prazeres, que aqui representa esse grupo de educação inclusiva.

O Sr. JOÃO DOS PRAZERES:- Bom-dia a todos e a todas. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da deputada Neusa Cadore.

Gostaria de dizer que o nosso grupo *Educação Inclusiva: queremos e podemos* nasce como um movimento para somar, porque sabemos que ninguém faz inclusão sozinho. Não podemos passar a responsabilidade de transformar uma sociedade, tornar essa sociedade inclusiva só com a responsabilidade para o Estado e/ou para o município, somente para a escola, para a família, para a universidade, para os segmentos simpatizantes da luta.

O grupo tem o objetivo, justamente, de buscar essas parcerias para, juntos, construirmos uma rede na Bahia, não só em Salvador, a princípio aqui, porque temos pouco tempo de existência. Como a deputada Neusa já disse, a tendência é ampliar, não é um grupo fechado, mas aberto a quem queira e a quem tenha compromisso com a causa.

Primeiro de tudo, temos de desmitificar uma série de situações em relação às pessoas com deficiência. Quanto a essa questão de garantir somente a matrícula, isso, no nosso entender, é fato passado. Precisamos garantir, sim, a educação especial de qualidade que garanta à pessoa com deficiência o direito de aprender mesmo, e não como faz-de-conta.

Vejam, no tocante às escolas particulares da Bahia, é preciso, realmente, que elas se preocupem com as matrizes curriculares, com seus projetos político-pedagógicos que contemplem a diversidade. Por isso, muitos pais chegam às escolas particulares, batem à porta e escutam não haver vaga ou, então, não haver quem atenda a seu filhos ou, por muitas



vezes, até solicita-se à família contratar um profissional para acompanhar aquele aluno com deficiência. Mas a escola precisa entender que quando o aluno é matriculado, ele é da escola, a responsabilidade de ensinar é da escola.

O grupo não nasceu para estar no discurso e confronto. Pelo contrário, queremos sentar com todos e juntos buscarmos as soluções para os problemas que ainda existem. Soluções para as quais, hoje, diria, o Estado tem feito o seu papel no tocante à educação especial. A professora Amélia vai falar, com certeza, sobre o trabalho que o Estado faz, assim como Tereza já falou do município.

Mas quero dizer que as leis não são só para as escolas públicas estaduais ou municipais. As leis brasileiras são para serem cumpridas por todo cidadão brasileiro. A LDB não diz que a educação especial é responsabilidade somente do Estado ou dos municípios, mas é responsabilidade do sistema de ensino.

Da mesma forma, a Constituição e os demais documentos que eu trouxe aqui são inúmeros, mas sabemos que somente com as leis, somente com o discurso não se faz inclusão. Se faz inclusão com ação, com compromisso e com muita responsabilidade.

É por isso que esse grupo nasce com esse objetivo de estar orientando, temos mães, pais, quero saudar todos os membros desse grupo e parabenizá-los pela coragem, pelo interesse de verem seus filhos no futuro como cidadãos brasileiros com direitos garantidos e acima de tudo respeitados pela sociedade.

E isso, quando falamos em inclusão, focamos muito, somente na escola, mas o cidadão precisa da escola inclusiva, a escola em que ele possa aprender, não apenas se matricular, mas ele tem direito a estar no mundo do trabalho, tem direito ao ir e vir com autonomia e independência e são questões que nós vamos estar, enquanto grupo, discutindo com todos os segmentos e vamos estar a partir de então, buscando para essas discussões.

Uma outra questão que é importante, é que as escolas não percam o foco, são as especificidades de cada área de deficiência, porque hoje se fala muito em inclusão achando que você pegar o surdo, o cego, o autista, o deficiente intelectual e colocar todo mundo num pacote só é achar que está fazendo inclusão.



Não é isso; o cego tem suas especificidades, o surdo tem suas especificidades, o autista tem as suas e todos os demais deficientes, cada um tem as suas especificidades. Trabalhando na perspectiva inclusiva, sim, mas não podemos perder do foco essas questões que são importantes.

Como é que um cego vai aprender o braile, aprender a orientação e mobilidade que é como se locomover com a bengala? Com o especialista em orientação e mobilidade. O cego que tem baixa visão, ele usa recursos que o cego não usa, ele vai aprender com o especialista que tem o traquejo, o domínio na área da baixa visão. O autista vai precisar de um especialista que entenda a situação do autista. O surdo depende também da mesma forma.

Todas as áreas das deficiências precisam ser consideradas nas suas especificidades. E nós não podemos achar que uma escola inclusiva é aquela que não respeita as especificidades. É preciso que tenha isso garantido nas matrizes curriculares, nos projetos político-pedagógicos das escolas e nós vamos, com certeza, enquanto grupo de pais, de mães, de profissionais, na verdade, dar esse suporte à rede particular, principalmente, e vamos estar, na medida do possível buscando as universidades para a discussão, buscando as escolas, as instituições de ensino superior, enfim, a sociedade de um modo geral, os profissionais do mundo do trabalho, os centros de educação especial do nosso Estado.

Em Salvador temos quatro centros de educação especial, temos o CAPs, o Pestalozzi, que atende, exclusivamente, os autistas, aliás, é o único do Brasil, é pioneiro. A Bahia tem um centro que atende autistas, é pioneirismo na Bahia. A Secretaria da Educação está de parabéns, inclusive na Bahia, por esse pioneirismo que não existe outro no Brasil e o CEEBA, o CAS, além das instituições conveniadas e aquelas que não têm convênio com o Estado como o SESI e outras mais que me fuge agora, me perdoem, por não se sentirem contempladas, mas todas sintam-se contempladas que fazem um trabalho brilhante e poderemos estabelecer parcerias e criar, como disse, uma rede de educação inclusiva sem perder o foco nas especificidades de cada área no Estado da Bahia.



Esse é um dos objetivos do grupo e vamos estar continuando abertos para novas discussões, para novas ações, como disse, inclusão se faz com ação e precisamos desmitificar muita coisa ainda na sociedade em relação à pessoa com deficiência, porque, como Dr^a Cíntia colocou, quando há um cadeirante, você foca no que está guiando a cadeira, não no cadeirante, como se ele não existisse.

Então, é preciso que saibamos que a pessoa com deficiência tem uma identidade, tem um nome, é um cidadão, ele tem sentimentos, desejos e direitos, acima de tudo.

Então, o grupo nasce com a perspectiva, quero reafirmar, de somar e de vislumbrar novas conquistas de forma parceira, harmônica, mas que consigamos, na verdade, garantir para nossas crianças, jovens e adultos do Estado da Bahia uma educação especial de qualidade.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Para concluir.

O Sr. JOÃO DOS PRAZERES:- Quanto à educação especial na Bahia, concluindo, hoje sabemos que a maior demanda está nas redes municipais, porque são alunos que nunca foram à escola. Então, é preciso que também façamos um trabalho em articulação com os municípios para que eles possam chegar até à rede estadual e ter o seu percurso acadêmico concluído no Ensino Médio e buscar a universidade.

Então, quero agradecer e parabenizar à deputada Neusa Cadore pela iniciativa desta sessão especial.

Agradeço a todos pelas presenças. A luta continua! Educação Inclusiva: queremos e podemos.

Um abraço a todos e até à próxima. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5598-III

Ses. Esp. 24/05/13

Or. Iris Sá

Sessão Especial Sobre Educação Inclusiva.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Concedo a palavra à Sr^a Iris de Sá, representando, aqui, a Uneb.

A Sr^a IRIS DE SÁ:- Bom-dia.

Meu papel aqui é informativo. Temos muitas questões para discutir em termos da formação do educador, como também das especialidades que vão lidar diretamente com as pessoas com deficiência.

Então, na Uneb, temos o Departamento de Educação, com as formações de pedagogo e psicólogo, o Departamento de Ciências da Vida, com as formações de fonoaudiólogo, fisioterapeuta, formações das área de Medicina, de Nutrição, e outras áreas afins, que, necessariamente, não vão estar diretamente ligadas, mas vão fazer o trabalho multidisciplinar com as escolas, instituições, hospitais etc.

Vou pedir licença para ler, a fim de não fugir nem me esquecer de ninguém.

(Lê) *“No Departamento de Educação existem professores que pesquisam temáticas relacionadas com a educação inclusiva e/ou ministram as disciplinas de Inclusão Educacional e Língua Brasileira de Sinais.*

O Grupo de Pesquisa Inclusão e Sociedade, vinculado ao CNPQ, coordenado pelas professoras Luciene Maria da Silva e Jaciete Barbosa dos Santos, está realizando a pesquisa 'Preconceito em relação aos incluídos da educação inclusiva' em escolas de Salvador. A pesquisa é financiada pela Capes e está sendo realizada também em São Paulo, Paraná, Pará, Mato Grosso e Buenos Aires.

O Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, formação do mestrado, vinculado ao Departamento de Educação, oferece uma disciplina ministrada também pela Prof^a Luciene: Abordagens sócio-educacionais da deficiência, e vem orientando dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre temáticas relacionadas



com educação inclusiva. O programa já diplomou três mestres e uma doutora, cujas pesquisas versaram sobre essas temáticas.

O Departamento de Educação já ofereceu quatro cursos de pós-graduação (lato sensu) em Educação Especial, a saber:

- Curso de especialização em educação especial nas áreas de deficiência visual e deficiência auditiva (1998), coordenado pelas professoras Luciene Silva e Aline Mascarenhas;

- Curso de especialização em educação especial nas áreas de deficiência visual, deficiência auditiva e deficiência mental (1998), em convênio com a Secretaria da Educação e o Instituto Anísio Teixeira, coordenado pelas professoras Luciene Silva e Aline Mascarenhas;

- Curso de Especialização em educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2009), coordenado pelas professoras Jaciete Santos e Aline Mascarenhas.

- Curso de Especialização em Educação Especial deficiência auditiva deficiência intelectual/mental, deficiência visual, transtorno global de desenvolvimento (2010). Coordenação: Profª Luciene Silva, Profª Patricia Magris e Profª Jaciene Santos.

Núcleo de Educação Especial (NEDE)

Cursos de extensão em Braille e LIBRAS para professores e estudantes da Universidade.

2007: Curso de Extensão em Tecnologias Assistivas; tendo publicado o livro “Inclusão educacional a partir de tecnologias assistivas: módulo de aprofundamento teórico e prático, pela EDUNEB.

Fórum de discussão sobre deficiências, coordenado pela Profª Jaciete Santos.”

Então, esses são os projetos institucionalizados. Temos também grupos de estudo e discussão em relação a algumas disciplinas especificamente. Desenvolvo um projeto no curso de Fonologia e Psicologia voltado à formação do professor e a formação do psicólogo.

Basicamente temos discutido nessas formações, porque nas universidades as experiências ainda estão departamentalizadas. Precisamos unir mais, dialogar entre



diferentes departamentos, e pensar nas ações. O estudante da formação inicial recebe muito conceito teórico, discutimos sempre acerca disso, e pouca ação. Então, sai da formação inicial diplomado, mas com pouca condição de ir a prática, exercitar mesmo um trabalho exitoso.

Portanto, estamos querendo mais pessoas interessadas, que possam engajar-se na universidade, fazendo trabalhos de troca e interação, e que possamos realmente formar melhor esse profissional que está indo ao mercado de trabalho, porque ele precisará sempre de uma formação, que será para a vida toda, mas ele não pode sair de uma faculdade de pedagogia, de psicologia, fonoaudiologia e fisioterapia e dizer que não está preparado.

Precisa realmente ter uma formação inicial que abrace essa causa e que comece aos poucos a tirar essa terminologia de especial, transformando em inclusiva, porque a universidade usa, em alguns momentos, essa terminologia, mas está equivocada. Temos que pensar na educação inclusiva hoje.

Esse grupo que estamos desenvolvendo em termos de pesquisa de fono, psicologia e pedagogia, de alguma forma, não no consultório, mas em algumas instituições, temos pensado sobre a diversidade. Concordo com todas as pessoas que trouxeram essa revisão do que é ser especial, do que é escola inclusiva, porque todos nós temos nossas necessidades especiais, não existe uma pessoa que seja *expert* ou saiba tudo.

O que é que acontece? No meu entender e por estarmos trabalhando nessa perspectiva, é que construamos uma escola que reveja mesmo o seu currículo, a sua forma de atuar, porque essa escola posta uma série de conteúdos, de exigências ao estudante que, efetivamente, muitas vezes, estão relacionadas a decorar conteúdo, a simplesmente focar para passar no vestibular, essa escola não é inclusiva para ninguém, nem para os deficientes, porque muitas vezes não está debruçando-se em temas tão importantes como a construção da moralidade, a formação do caráter, da pessoa.

Claro que precisamos trabalhar com a construção do conhecimento, mas esse conhecimento está muito engessado. Vejo muitos adolescentes e crianças com todas as suas diversidades, precisando de espaços para se expressarem, porque eles têm suas inteligências



múltiplas. Não temos uma forma só de inteligência, não é só escrevendo, falando, nem só fazendo exercício de matemática, ou sabendo história e geografia, decorando, muitas vezes sem entender o que está estudando.

Basicamente, a nossa ousadia é pensar sobre esse currículo, como ele está posto. O espaço da escola ainda engessa muito, até mesmo pessoas que querem colocar-se, muitas vezes não conseguem por serem canhotas, simplesmente, o que não é considerado deficiência.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pelo orador.)



5599-III

Ses. Esp. 24/05/13

Or^a Alzira de Castro Gomes

Sessão Especial Sobre Educação Inclusiva.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada, Íris.

Dando continuidade, convidamos Alzira de Castro Gomes, do Centro de Educação Especial da Bahia.

A Sr^a ALZIRA DE CASTRO GOMES:- Bom-dia a todos.

Queria, inicialmente, agradecer o convite. Acho que todo momento em que a gente se reúne para discutir a inclusão é um passo a mais que se dá. Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa da deputada Neusa Cadore. Muito obrigada pelo convite.

Bom, a mim coube falar um pouco sobre o papel do Centro de Educação Especial. Os Centros surgiram algum tempo atrás, sem uma formatação muito bem específica. Em 2009 surgiu a primeira nota técnica que orientou o funcionamento deles. E digo a vocês que inclusive agora, no dia 10 de maio, uma outra nota técnica, a 0,55, foi publicada com as orientações.

O Centro tem um papel importante nesse percurso da inclusão porque, além de oferecer o atendimento educacional especializado, que é o ponto chave, também tem como uma das funções fortalecer as salas de recursos multifuncionais. A gente sabe que esse trabalho de sala de recurso multifuncional, no atendimento educacional especializado, ainda não está muito bem distribuído. Nós ainda temos poucas salas de recursos multifuncionais funcionando em todo o Estado. Poucas que eu digo é pela quantidade que seria necessária.

Então temos muitas pessoas que se deslocam de suas histórias, de suas áreas de residência, para ter este atendimento em Centros Especializados. Eles entram neste momento como fortalecimento dessas salas para minimizar não esse transtorno, mas sim essa dificuldade que o aluno tem de sair do seu espaço para ter tal suporte pedagógico.

Também é papel do Centro fortalecer, estabelecer esse vínculo do trabalho com as escolas, inclusive. Nós recebemos muitas escolas que ainda não têm muito bem claro como



trabalhar com a pessoa com deficiência em seus espaços. Entre várias dúvidas que trazem, uma das principais é a questão da avaliação, que as escolas têm questionado um pouco mais. Aí o Centro entra com essas orientações para que realmente a escola possa estar, efetivamente, fazendo o seu papel.

Também escutamos muito das escolas e dos professores, de uma forma geral, que um dos maiores empecilhos para a inclusão é a preparação do professor, que se queixa muito de que não está preparado e nunca teve nenhum curso. O Centro então também entra com o trabalho de formação aos docentes.

Principalmente ao longo de 2009 para cá, nós temos fortalecido muito mais essas formações e tido pelo menos 3 anuais, no mínimo. Fora as formações de curta duração, que têm acontecido com mais frequência. Então, além do AEE que oferece, do fortalecimento às escolas inclusivas e da formação, igualmente entra como papel principal a qualificação profissional. Mas ainda nem todos os Centros estão atuando. Ainda.

A esperança é que todos eles comecem a atuar nessa área também. Alguns já estão com essa qualificação profissional, incluindo pessoas com deficiência no mundo do trabalho.

Vou falar aqui muito particularmente do centro onde trabalho. No ano passado, conseguimos colocar 28 jovens trabalhando em diversas áreas laborais como nos complexos hoteleiros da Linha Verde, em importantes clubes sociais de Salvador e em outras áreas como lanchonetes que já vinham crescendo.

Então o centro não cuida apenas da parte educacional, mas também da questão laboral que ainda é muito pouco difundida e precisa ser investida também.

(Uma senhora questiona a oradora fora do microfone.)

A Sr^a ALZIRA DE CASTRO GOMES:- O centro que trabalho atua exclusivamente com deficiência intelectual e múltipla deficiência. Todos os que colocamos têm deficiência intelectual.

(Nova manifestação da mesma senhora.)



A Sr^a ALZIRA DE CASTRO GOMES:- Deficiência intelectual é o que nós trabalhamos. Estou contando um pouco da nossa experiência. A Apae também tem uma experiência de qualificação profissional. Eu não sei se eles trabalham com transtorno mental, se eles conseguiram incluir. Mas estou contando um pouquinho da nossa experiência. E eu acho que a expectativa é de que os outros centros também passem a atuar nesse sentido.

(Continua o questionamento da mesma senhora.)

A Sr^a ALZIRA DE CASTRO GOMES:- Bom, a Fieb tem uma política própria que eu desconheço, mas o que eu estou falando para a senhora é um pouquinho da nossa experiência enquanto deficiência intelectual e temos obtido bastante êxito.

Eu iria resgatar um pouquinho da legislação, mas acho que as pessoas colocaram tão bem sobre a legislação, sobre os 25 anos de lutas que vimos travando para incluir essas pessoas nas escolas, no mercado de trabalho, que vou me ater à questão dessa formatação.

Sabemos que a legislação existe, mas é como foi dito pela Mesa, a legislação existe, mas nem sempre garante a inclusão. E como é que vamos garantir a inclusão? Derrubando essas barreiras, principalmente a barreira atitudinal. Eu acho que quando as atitudes começarem a ser repensadas nesses espaços inclusivos, vamos avançar e não precisaremos mais estar nesses momentos de discussão porque a inclusão vai ser natural.

Além dessas ações que os centros oferecem, também já está posto nesse documento, nessa nova nota técnica, que os centros também estão orientados para oferecer acessibilidade pedagógica com a tecnologia assistiva como uma delas, o apoio na construção dos projetos político-pedagógicos das escolas. Temos recebido solicitações de algumas orientações, infelizmente muito poucas ainda, gostaríamos que fosse muito mais, de escolas que solicitam esse apoio na construção do projeto político-pedagógico no sentido da reorganização da metodologia, de adaptação metodológica. Então o centro entra com esse suporte.

A nota técnica também orienta que os centros possam oferecer a comunicação alternativa, libras, braile, libras tátil, tadoma, informática acessível. Os centros estão se



organizando, a cada dia que passa, para oferecerem toda essa orientação que recebemos do MEC.

Então, era mais ou menos isso que tinha para dizer a vocês. Mas queria fechar a minha fala dizendo que centro nenhum substitui escola, centro nenhum substitui família, o centro pode ser mais completo, mais estruturado, mais organizado, mas ele não é onipotente. Centro precisa sempre da parceria da família e da escola.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



5600-III

Ses. Esp. 24/05/13

Or. Fabíola Barbosa

Sessão Especial Sobre Educação Inclusiva.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada, Alzira.

Agora nós convidamos Fabíola Barbosa, que é a primeira professora de Letras da UFBA graduada em Libras, e Priscila Leonor, primeira pedagoga negra, para fazerem suas apresentações.

A Sr^a FABÍOLA BARBOSA:- Bom-dia. Quero agradecer o convite para estar aqui representando a comunidade surda. Quero falar da importância da escola bilíngue para o surdo, juntamente com a escola inclusiva. Também queria pedir adaptações para a inclusão da pessoa surda. Também agradecer a deputada Neusa pelo convite, pela discussão de hoje sobre a educação inclusiva. A maior preocupação do surdo na escola inclusiva é a língua, primeiramente. Por exemplo, o deficiente físico tem a oralização, pode falar, pode ouvir, o deficiente visual também, e a maior barreira para o surdo é a comunicação. Então, dentro da escola inclusiva, a maior preocupação deles é a língua. A maior barreira para o surdo é a comunicação.

A adaptação que a gente pede para as escolas é a língua de sinais que seria a viabilização da comunicação para os surdos. Existem alguns centros de atendimento, mas alguns surdos não querem ir para a escola, alguns têm ficado depressivos pela falta de comunicação, pela falta de adaptação. Então, fazemos a proposta de que a disciplina Libras esteja na escola como a primeira língua e que o português seja a segunda língua para o surdo. Como a primeira língua dos ouvintes é o português, para o surdo, a primeira língua deles é a libras. Dentro da sala de aula, o ensino do português para o surdo não tem como ser o mesmo ensino de português para uma criança ouvinte. Eles pedem que sejam levados para outra sala e que seja um ensino voltado para o surdo tendo como primeira língua a libras. Outras disciplinas como geografia, matemática, ciências, podem ser dadas juntamente com os outros.



Ela se tem preocupado muito com os surdos pela barreiras que eles têm enfrentado. Os surdos não têm aprendido português, não tem evoluído, não tem crescido, mesmo que ele esteja inserido na escola inclusiva, mas tendo o português como a primeira língua ele não consegue evoluir. Tem uma proposta na lei, no decreto, os conselhos de deficientes já estão prontos, mas precisam ter essa adaptação para o surdo, tem várias adaptações para outros deficientes. Mas para o surdo a principal barreira é a comunicação. Então, a liderança surda busca por uma escola bilíngue.

Quero agradecer a sociedade, a todos que estão aqui unidos nessa luta. O principal ponto que eles têm lutado é a comunicação. Que vocês entendam essa necessidade do surdo e aprendam a respeitar que a língua dele é a libras.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



5601-III

Ses. Esp. 24/05/13

Or. Priscila Leonnor

Sessão Especial Sobre Educação Inclusiva.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Com a palavra a professora Priscila Leonnor.

A Sr^a PRISCILA LEONNOR:- Bom-dia a todos que estão presentes. É um prazer muito grande estar aqui, agradeço o convite e agradeço também a presença da Mesa, quero bater palmas para todos vocês, estou muito emocionada em estar aqui.

Sou uma professora surda, trabalho no CAIS e também luto pelo direito do ensino bilíngue para pessoas surdas. Aqui em Salvador não encontramos ensino bilíngue, mas no Brasil já existe um movimento, uma luta sobre isso. É uma preocupação forte que temos com a comunidade surda em todo o Brasil. É de interesse principal da pessoa surda, o objetivo é a língua dos sinais como primeira língua. Nesse movimento percebemos que existe realmente um incômodo, como Fabíola explicou, ela começou surda assim como eu, é uma luta que não podemos deixar passar, que é o ensino da libras como primeira língua. Na lei já tem essa proposta com vários pedidos e o AE é essa parte do ensino de educação especial. Nós não estamos de acordo com isso, por que não estamos de acordo?

Vou explicar de forma clara para vocês. A criança surda na escola, pude observar e entender como são o desenvolvimento e o processo de aprendizado dela. Ela tem dificuldade às vezes na escrita do português. Temos várias crianças com deficiência e elas conseguem ir à escola, vão à sala de atendimento e conseguem aprender nessa sala, mesmo que seja o braille. A língua portuguesa ela consegue entender porque a língua portuguesa é a sua primeira língua. No caso do surdo é diferente, ele vai à escola, se a escola for bilíngue ele consegue se motivar, consegue aprender. Diz a lei 10.436 que a língua de sinais é a segunda língua oficial do Brasil e a primeira língua do surdo. Já existe um movimento de discussão sobre esse aspecto, Me emociona bastante falar sobre esse assunto e vejo várias crianças surdas que passam por esse movimento.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

Quero agradecer a presença de todos aqui presentes e saudar a todos.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



5602-III

Ses. Esp. 24/05/13

Or. Livia Borges

Sessão Especial Sobre Educação Inclusiva.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada. E já caminhando para as últimas falas, convidamos Nívea Borges, que representa o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, e diretora do Ser Down.

A Sr^a LÍVIA BORGES:- Bom-dia a todos! Quando abaixei o microfone e a colega sinalizou, é para que a gente aprenda que aprendemos a conviver com as diferenças.

Antes de cumprimentar a Mesa, quero dizer a vocês, quando abaixei o microfone, foi para que as pessoas cegas nessa sala localizem onde eu estou. Aprendi isso convivendo com outras pessoas, convivendo com pessoas com deficiência visual. Então, gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa da deputada Neusa Cadore. Agradeço por estar aqui representando o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que é um fórum de discussão do movimento social com as instâncias estaduais, para que firmemos políticas públicas e que as pessoas com deficiência possam, sim, fazer parte desta nossa sociedade como alguém pertencente a ela.

A Ser Down, instituição que integro a sua diretoria atualmente, é um movimento de pais que trabalha há 15 anos na luta pela construção de políticas públicas efetivas. A estrada é muito longa, sim, senhores. Em 1981 a ONU declarou o Ano Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e chegamos a 2008 com o Primeiro Tratado de Direitos Humanos firmado pela ONU, que o Brasil assinou e é parte da sua constituição hoje. E esse tratado fala especificamente: “Lutamos por educação inclusiva, lutamos por direitos humanos, lutamos por direitos de pessoas que precisam estar convivendo com todos nós”.

Precisamos de leis. As pessoas foram falando aqui, e achamos muito interessante que essas falas casavam umas com as outras dentro da nossa luta. Falou-se que educação inclusiva não é só para as pessoas com deficiência. Não é, é um direito de todos, mexe com o sistema educacional.



Por outro lado, sabemos que as pessoas com deficiência têm uma história de exclusão muito forte dentro do nosso País. E precisamos focar, sim, nos direitos dessas pessoas com as diferenças que elas têm. Porque lutamos por igualdade de direitos, mas essa igualdade, senhores, só vai acontecer quando entendermos que somos todos diferentes, cada um com a sua necessidade, muitas vezes específicas, e que as escolas precisam dar conta disso, sim, porque esse é um espaço legítimo de crescimento.

É óbvio que o primeiro espaço de contato de todos é a família. Esse acolhimento é essencial, e nós, como familiares, sabemos disso. Mas a escola é o segundo espaço, no qual aprendemos a lutar, a conviver, a nos frustrar e a crescer como cidadãos para chegar ao mercado de trabalho. Como dizia a música que foi cantada: queremos inteiro, e não pela metade, o direito dos nossos filhos.

É por isso que estamos juntos, hoje, com muitas mães, muitos profissionais que entenderam que não precisa ser mãe, não precisa ser pai, basta ser gente, pessoa, para ter dentro de si o compromisso com a inclusão social, com a inclusão de todos e de todas.

Focamos, senhores, o direito das pessoas com deficiência. Agimos assim porque sabemos que outras crianças têm dificuldades no sistema escolar que está posto, então as pessoas com deficiência as têm muito mais. As crianças com 6, 7 anos não podem mais esperar preparo de coisíssima nenhuma, porque amanhã já terão 10 e aí passou seu tempo, foi-se. Precisamos fazer com o que temos, precisamos executar dentro das escolas, rever os conceitos, chegar junto e tentar fazer.

Foi muito bem lembrado pela deputada, no início, a formatura de Amanda, em Vitória da Conquista. A primeira jovem com síndrome de Down no Estado da Bahia que concluiu a universidade. Amanda tem 24 anos e viveu num sistema educacional em que algumas leis não estavam postas, mas algumas pessoas resolveram fazer acontecer.

Então, senhores, nós queremos e podemos ter educação inclusiva. Queremos, sim, para todos e todas do nosso País.

Muito obrigada a todos vocês pela oportunidade de estar aqui.

(Não foi revisto pela oradora.)



5603-III

Ses. Esp. 24/05/13

Or. Amélia Tereza Maraúx

Sessão Especial Sobre Educação Inclusiva.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Para finalizar, convido Amélia Tereza Santa Rosa Maraúx para se pronunciar, representando a Secretaria de Educação.

A Sr^a AMÉLIA TEREZA MARAUX:- Boa-tarde! Nesta tarde que se inicia, saúdo a deputada Neusa Cadore pela proposta desta sessão especial, assim como também saúdo a todos os presentes da Mesa. Saúdo, também, as pessoas presentes por persistirem até agora, a fim de que pudéssemos fazer esta discussão e este diálogo. Para a Secretaria da Educação, este tem sido um projeto, efetivamente, em construção – a implementação da educação inclusiva.

Como foi dito aqui anteriormente, as leis estão definidas. A nossa promotora muito bem colocou as leis que definem, desde a Constituição, a necessidade, a importância e a obrigatoriedade da inclusão de todos e todas no sistema educacional. Mas ainda esbarramos na ineficácia do Estado em relação à definição e à implementação de políticas públicas que acolham os diferentes. Quanto a isto, temos consciência. Não faremos proselitismo, tampouco demagogia. É preciso encarar todas as dificuldades que vêm sendo encontradas para implementação de políticas públicas para as pessoas com deficiência no nosso Estado e no nosso País.

Com isto, não estou dizendo que inexistem ações e políticas públicas nesta direção. Existem, sim! Aqui, no Estado da Bahia, há ações e políticas públicas nessa direção. Temos uma Coordenação de Educação Especial na Diretoria da Diversidade da Promoção da Igualdade. O nosso querido companheiro João dos Prazeres foi coordenador e militou para a institucionalização da educação especial no âmbito da Secretaria da Educação. É um caminho que vem sendo construído pelos governos federal, estadual e municipal.



Na verdade, como disseram João e os que me antecederam, esta ação não é solitária, de um ente apenas. É uma ação que mobiliza e envolve todos os setores sociais e a sociedade. Hoje, o governo federal vem produzindo ações muito importante nesse sentido.

Aqui, a nossa professora e diretora do Centro de Educação Especial colocou a mais nova nota técnica encaminhada pelo MEC, que define as ações dos centros de educação especial. E há, também, as ações das instituições conveniadas que têm um papel importante e fundamental na institucionalização e na implementação de políticas públicas para o atendimento às pessoas com deficiência.

No caso da Secretaria da Educação, preparamos uma nota técnica que, obviamente, não lerei. Pensei em fazer, mas já estamos no adiantado da hora. Mas desejo sinalizar aqui algumas questões colocadas no Plano Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, que definem alguns marcos importantes e fundamentais, por exemplo, a transversalidade da educação especial, desde a educação infantil até a superior.

Aqui, ouvimos as falas, muito verdadeiras, dos professores e professoras da representação de escola particular, reconhecendo os limites que têm no sentido desse atendimento. Por outro lado, ouvimos a fala da nossa promotora, que coloca, exatamente, a necessidade e a importância do atendimento, independentemente das dificuldades que existam. Isto é um dado importante: o atendimento educacional especializado, a formação de professores, a participação da família e a acessibilidade.

Quero citar essa questão e, ao mesmo tempo, colocar dois pontos de vista para encerrar. Não sei se já acabou o meu tempo.

Gostaria de destacar dois pontos, talvez três, para que possamos entender melhor essa questão. Um, que envolve currículo, como foi muito bem colocado pela nossa promotora - que parece uma pedagoga falando, uma pessoa que tem conhecimento de educação - da necessidade dos projetos políticos pedagógicos contemplarem, nas suas definições, ações específicas para o atendimento e incorporação, no seu currículo, no seu conteúdo, conteúdos relativos à educação inclusiva. Isso diz respeito, obviamente, às



diretrizes de Educação Especial que o Conselho Estadual de Educação deve produzir junto com a secretaria e educadores, o que já está em processo, como a professora Alba muito bem colocou.

Um outro ponto importante a ser colocado é a formação de professores. A nossa companheira professora Íris, também colega da Universidade do Estado da Bahia, colocou muito bem as ações que foram e vêm sendo encaminhadas pela Universidade do Estado da Bahia e também por todas as universidades, para promover a formação inicial de professores. A formação continuada é fundamental. Nós estamos fazendo isso, e ela citou vários cursos de especialização que foram promovidos pela Universidade do Estado da Bahia através do convênio com a prefeitura e com a secretaria de Educação. João, como coordenador, foi articulador de dois ou três cursos de especialização para os nossos professores da rede.

A ação de formação inicial é fundamental, como lutam os representantes pela implementação do estudo bilíngue e pela atenção a esta necessidade de incorporação da primeira língua, como a língua dos surdos, o ensino de libras para a compreensão do mundo, do conhecimento nas escolas é fundamental. As universidades vêm atentando para isso, e é importante que esse movimento se faça de uma forma mais efetiva, e que essa formação seja dada em todos os níveis de formação de professores, não só para os professores de pedagogia.

Há um outro sujeito social e instituição social importante e fundamental nesse processo de implementação das políticas públicas que são as universidades. Acho fundamental esse processo.

Um ponto que gostaria de tocar, o último, diz respeito e tem a ver, obviamente, com as ações do MEC no sentido da disponibilização e envio às escolas dos equipamentos para montagem das salas multifuncionais de atendimento especializado, e a dificuldade que o Estado tem tido na implementação dessas salas, fundamentalmente por conta da questão relativa a pessoal. Ou seja, não basta ter a sala; é preciso ter pessoas que acessem as informações, que possam manipular e entender os equipamentos que ali estão para que seja



possível atender às demandas de todos os estudantes que chegam à escola, e a escola pública atenda. A escola pública atende a todos, não há possibilidade de recusa de matrícula pela escola pública, é importante colocar.

Esbarramos em problemas sérios quando esses estudantes entram nas classes. Temos problemas com os professores, temos problemas com gestores, temos problemas com funcionários, com as pessoas que atendem a escola e, por isso, a formação passa por toda comunidade escolar para que ela possa ter um bom atendimento. Portanto, a Secretaria de Educação vem encaminhando ações efetivas no sentido de requalificar os nossos centros de atendimento, temos 11 centros em todo o Estado da Bahia. Este ano temos a previsão de uma meta de implementação de mais 100 salas de recursos multi funcionais que estão previstas para serem implementadas. Enfim, temos algumas ações definidas que caminham na perspectiva de qualificação da educação e do atendimento a esse público.

Portanto, é uma demanda muito especial em todos os sentidos e eu gostaria de registrar aqui o compromisso da Secretaria de Educação no sentido de atendimento às demandas e de discussão com a sociedade civil organizada com as mães, os pais e as pessoas militantes da educação especial do nosso Estado. As associações que atendem a essas demandas para que a gente possa cada vez mais ampliar e qualificar essa demanda e atender aquilo que a Constituição define e aquilo que é nossa obrigação.

Muito obrigada e parabéns à deputada Neusa Cadore.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Muito obrigada, professora Amélia.

(Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



5604-III

Ses. Esp. 24/05/13

Or. Maria do Carmo

Sessão Especial Sobre Educação Inclusiva.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Temos a solicitação de participação de uma mãe que está no Plenário e queremos respeitar, observando que não podemos, infelizmente, dar continuidade e abrir para um debate. Vou passar alguns contatos, vai ser difícil, porque não estamos com o material. Nosso telefone de Salvador é: 87451722; o e-mail: educacaoinclusiva@gmail.com. Estamos no Face e temos um blog. Se vocês quiserem anotar, Janaína tem os dados.

Com a palavra a Sr^a Ana Maria do Carmo.

A Sr^a MARIA DO CARMO:- Bom-dia! Queria fazer um questionamento, porque se fala muito em várias deficiências: visual, auditiva, física e se esquece muito das deficiências mentais. Os deficientes mentais são jogados em baixo do tapete, sempre. Não existe um programa de inclusão para os doentes mentais nos hospitais psiquiátricos, nas escolas, nos trabalhos, nas empresas. Meu filho conseguiu fazer o segundo grau, porque me empenhei muito. Mas na hora que foi concluir o curso de aprendiz ele foi excluído porque é deficiência mental não é considerada deficiência.

A Constituição diz que é. E eu quero saber: é deficiência ou não? Será que eu tenho que ver outro filho morrer, se jogar pela janela, como meu primeiro filho se jogou, porque se sentiu excluído de tudo? Será que é preciso eu mesma repetir isso? Quero fazer essa denúncia dessa falta de respeito que existe com a deficiência mental na Bahia e no Brasil, principalmente na Bahia e na cidade do Salvador.

(Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Queremos agradecer à senhora, primeiro por ter vindo e pela coragem do depoimento, da denúncia. Nosso desejo é que a gente crie este espaço do diálogo, do acolhimento, da discussão, da solidariedade e de cobrança. Não



podemos agora lhe dar a sua situação e a situação do seu filho que merece, está dentro desse contexto. É uma pessoa que ...

A Sr^a MARIA DO CARMO:- Queria agradecer ao Ministério, porque fui muito bem acolhida por ele.

E vou seguir em frente. Vim aqui, à Assembleia Legislativa. Vou ao Senado, à Presidência da República, à ONU, mas meu filho será incluído e fará seu curso de aprendiz. (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Quero dizer que a senhora pode contar com a solidariedade do nosso grupo. Nossa intenção é nos juntar para que tenhamos força e possamos articular as parcerias certas a fim de continuar essa batalha.

Parabéns.

(Não foi revisto pelo oradora.)



DL-03

Ses. Esp. 24/05/13

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Finalizando, queria agradecer a todos e a todas, especialmente a quem veio, quem aceitou o convite. O desafio é muito grande. Mas valeu muito recolher essas percepções e ter esses depoimentos. Queria agradecer ao grupo que batalhou para haver a mobilização, pois foram pessoas que gastaram o dia inteiro indo às escolas, convidando amigos, usando as redes sociais. Nós acreditamos que, com essa disposição, a partir de hoje nosso grupo cresce com a entrada de novas pessoas.

Agradeço ao Ministério Público por sua presença.

Eu não poderia deixar de agradecer ao esposo de Edilene, o Sr. Antonito Pena Medrado Neto, funcionário da Sefaz. Edilene Medrado é uma pessoa muito querida do grupo, pois nos acolhe em sua casa. Ela é muito comprometida, especialista nessa área, tem uma grande militância e quase toda semana estamos em sua casa, sendo muito bem acolhidos com um gostoso café e sua energia. Hoje, ela está em São Paulo e Antonito, muito comprometido, está aqui. Muito obrigado, Antonito, pois, em sua pessoa, agradecemos pela presença de Edilene.

Gostaria de destacar Sandra e Evaldo. Nas pessoas de vocês, quero agradecer ao grupo que já está conosco. Também gostaria de dizer que são pessoas como você, Sandra, que, assim como esta mãe que deu seu depoimento, dão o seu grito, como tantas outras, e conseguem convencer outras pessoas de que essa luta é importantíssima, e será vitoriosa com a nossa força.

Quero agradecer, especialmente, ao grupo de canto do Colégio Estadual Vítor Soares. Muito obrigada.

Saúdo o professor de música, Ramon Freitas; às mães que acompanharam; a todo o grupo na pessoa de Osmar, que é tocador de zabumba. Estou curiosa e quero visitar vocês.

Muito obrigada a todos e todas.

(Apresentação musical.)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

Em nome do Poder Legislativo, declaro encerrada a presente sessão especial.